

ANC

PLENÁRIO



Da tribuna, constituinte discursa. No plenário, seus companheiros fazem de tudo, menos ouvir

POLÍTICA

ALÉM DA NOTÍCIA

Cartada liberal

anúncio de uma reforma ministerial por iniciativa dos próprios ministros, que articulariam uma renúncia coletiva, encontrou mais resistências que adesões na esfera governamental, todas no PMDB. A operação parece ter sido inspirada pelo PFL, já que o ministro Marco Maciel não desmentiu uma informação vazada a jornalistas que com ele almoçaram na segunda-feira, no sentido de que a reforma teria que vir logo, e completa.

Meios políticos do PFL, tomando a palavra do ministro Marco Maciel por um sentido literal, acreditam ser hora de uma grande debandada do Governo. Se o PMDB quer tanto o poder, que o exerça, soberana e solitariamente, indicando até os auxiliares mais íntimos do Presidente da República, como seu chefe do Gabinete Civil, onde o deputado Ulysses Guimarães quer ver seu grande amigo, o senador Mauro Benevides.

Sem ter nada a ver com esse ratelo de cargos, o PFL sairia do Governo e iria para uma posição independente diante do Executivo. Sente o partido que tudo o que lhe vem é sofrido e disputado, embora o PFL tenha uma base parlamentar que impõe respeito. O PMDB, destarte, tudo tem conseguido na base da pressão, sem sofrer das dores que participam de qualquer parto político liberal. Esse, o sentimento do partido de Marco Maciel e Aureliano Chaves, que enxergam uma derrocada cada vez mais inevitável da política econômica conduzida pelo ministro Dilson Funaro, cada vez mais abraçado ao presidente Sarney, a opinião — é de quase todo o País e até de amigos leais no sistema empresarial, como Matias Machline.

O PFL nada tem a ver com isso, estariam formulando seus principais líderes. Na sequência desse raciocínio, deixariam que o presidente Sarney livremente organize um ministério do PMDB, centrado no apoio dos governadores dos principais Estados, que assim nem mais teriam porque encaminhar providências através do Palácio do Planalto, pois poderiam despachar diretamente com os ministros que irão indicar, ou com o deputado Ulysses Guimarães, na central de triagem do ministério.

Querirá o Presidente da República esse panorama? Provavelmente não, mas dificilmente sabe-se o que ele quer. No PFL, entretanto, sabe-se que o ministro Aureliano Chaves já propôs a renúncia ministerial coletiva e que, agora, o ministro Marco Maciel a quer para já. O PMDB, enquanto isso, passa à opinião pública a imagem de que quer lotear o Governo.

SARNEY NÃO ABORDOU O TEMA

Pessoa ligada ao presidente Sarney afiança a tese de que o Chefe do Governo jamais abordou o tema da reforma ministerial, com quem quer que seja. No entanto, a um de seus ministros, que lhe informava que um presidente de estatal lhe havia entregado o cargo, Sarney pediu que o renunciante esperasse até o dia 30, para a substituição.

QUANDO SAYAD COMEÇOU A CAIR

O ministro João Sayad não calu ontem, mas há dias, quando não aceitou um conselho de um dos assessores presidenciais que o admira sinceramente: "Entregue o plano de estabilização econômica ao Presidente e depois peça demissão". Foi o conselho. Teria havido um impacto político bastante forte e o plano seria examinado pela opinião pública. Sayad não ouviu o conselho, ficou, e calu sem impacto.

LEONARDO MOTA NETO

Ministério doente

Fervoroso adepto de pescarias, um cidadão resolveu comprar sardinhas para usá-las como isca em lugar de minhocas que não encontrara. O dono do supermercado, desconhecendo a finalidade, aconselhou-o a adquirir sardinhas norueguesas, mais baratas e de melhor gosto.

Essa história, contada por um ministro de Estado, apresenta bem a anarquia das importações nas quais o Governo gastou quase US\$ 2 bilhões. Não houve, até hoje, explicação para a importação de leite contaminado, arroz estragado, carne suspeita, cervejas etc. Registre-se, porém, que o Presidente da República determinou, há dias, a criação de uma comissão de investigação para examinar as importações e designou, para presidir, o jornalista Fernando César de Mesquita, de honestidade indiscutível.

Essa providência deveria ter sido adotada quando começaram as informações sobre a qualidade do produto importado. O desperdício de recursos foi mais do que erro, mas não se compara ao crime de desejar que o povo consuma produtos podres para justificar as importações. Para o ministro da Justiça, Paulo Brossard, seria fácil esclarecer a questão do leite contaminado, que teve sua comercialização suspensa pelo TFR: bastava examiná-lo, se estivesse em más condições, proibir sua venda e punir os culpados. Não era. O exame laboratorial não foi realizado e, portanto, as dúvidas continuam. O que se sabe é ter havido a redução dos índices de contaminação e que o Ministério da Fazenda recomendou ao Ministério da Saúde a liberação do produto. Essa notícia não é, hoje, tão estranha quando foi publicada. E incrível, mas os fatos posteriores deram-lhe credibilidade.

O Ministério da Saúde, que, teoricamente, deve cuidar da saúde do cidadão, acaba de liberar sucos de frutas industrializados com teor de dióxido de enxofre acima do permitido. De acordo com um funcionário do ministério, a liberação foi "uma medida de bom senso atendendo às ponderações de mais de 30 deputados e senadores da região" — o Nordeste —, preocupados com as consequências econômicas.

Custa a acreditar que alguém possa achar "bom senso" autorizar a venda de produtos com índices de contaminação prejudiciais à saúde. O teor máximo de dióxido de enxofre permitido é de 0,2%, mas há sucos com até 1,3%. O argumento de que não há registro de casos de intoxicação é fraco. As estatísticas nacionais são falhas e nenhum cidadão intoxicado dirá: foi o dióxido de enxofre do suco liberado pelo Ministério da Saúde.

Ou esse percentual é necessário ou não. Se for, tem de ser cumprido; não sendo, é preciso revogá-lo. Desrespeitá-lo porque "30 deputados e senadores" pediram é uma confissão de fraqueza do ministério, de sua preocupação com os interesses econômicos e não com a saúde do povo. Mais grave é dizer que a interdição determinada pelo secretário de Vigilância Sanitária, Luis Felipe Moreira Lima, decorre de seu "espírito sadicamente pueril".

Não é à toa que o Ministério da Saúde está anquiosado.

JOAO EMILIO FALCAO

Mandato e críticas ao Governo dominam sessão

A redução do mandato do presidente José Sarney foi pedida quatro vezes, ontem, na Assembleia Nacional Constituinte, durante sessão plenária em que, de 25 discursos, 17 foram contra o Governo. Em sua defesa, levantou apenas o deputado Ibsen Pinheiro (RS), falando em nome da liderança do PMDB, enquanto os outros sete pronunciamentos giraram em torno de temas regionais ou de propostas constitucionais.

As críticas vieram até mesmo dos partidos da situação, PMDB e PFL. Waldir Pugliesi (PMDB/PR) acusou o Presidente de não cumprir os compromissos de campanha da Aliança Democrática e querer se eternizar no poder, com um mandato de seis anos, quando deveria ser um presidente transitório. E Assis Canuto, do PFL de Rondônia, que derrubou o microfone ao chegar à tribuna, se associou à ideia de demissão em massa do ministério, lançada pelos ministros Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, e Marco Maciel, do Gabinete Civil.

A crítica maior em torno do mandato do presidente



Sarney vem, contudo, do PT. O líder do partido, José Genoíno (SP), discursou no pinga-fogo e no período de comunicação das lideranças para defender a proposta petista de ampla mobilização nacional "em defesa dos interesses do povo, que estaria incompleta se não estivesse centrada na redução do mandato do presidente". Ele disse que qualquer legitimidade que o Governo pudesse ter acabou com o fracasso do Plano Cruzado e "os slogans do mudancismo caíram no vazio".

A outra voz pela redução do mandato do presidente Sarney foi de Aldo Arantes (GO), líder do PC do B. O deputado criticou os setores que defendem os seis anos previstos pela Constituição vigente alegando direito adquirido. Frisou que havia um compromisso em torno de quatro anos e que esse tempo seria fixado pela Constituinte. Observou, contudo, que, antes, a Assembleia precisa definir o

sistema de governo, pois pretende, segundo ele, estabelecer o presidencialismo com a discussão do mandato de Sarney.

"O Judiciário é um subpoder nesse País", afirmou Aldo Arantes, ao criticar o sistema presidencialista. Ele destacou que o Executivo vem se sobrepondo aos outros poderes, inclusive esvaziando o Legislativo com a utilização abusiva dos decretos-leis. Na sua opinião, no Brasil, os três poderes estão a serviço dos grupos dominantes e é preciso mudar essa situação.

IMPOSTOS E JUROS
As altas taxas de juros e a mordida do leão do imposto de Renda na classe média foram outros motivos de críticas ao Governo, que partiram indistintamente do PMDB, PFL, PDS e PDC. Mas também a intervenção do Exército e da marinha, respectivamente, nas greves das refinarias de petróleo e portos, voltou a ser discutida em plenário e foi o que abriu brecha para o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB/RS) defender o Governo.

Segundo o deputado peemedebista, que falou pela liderança do partido, ao abordar o episódio das in-

tervenções, a oposição omite a realização de negociações favoráveis desenvolvidas pelo ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, que terminou com a readmissão dos marítimos demitidos por ocasião da greve. Disse, ainda, que não se podia esperar que a oposição usasse a tribuna para falar dos avanços institucionais da Nova República, destacando, nesse contexto, a realização de duas eleições no País em pouco tempo: para prefeitos das capitais e Congresso Constituinte e governadores.

DESCASO
O descaso dos constituintes com os oradores foi uma constante na sessão de ontem. Alguns conversavam de costas para a mesa, outros com o companheiro de bancada do lado. Havia também quem lesse os jornais do dia, mas muito poucos que prestassem atenção.

Maurício Campos (MG), que ocupa interinamente a presidência do PFL e se articula para se tornar o titular do cargo, foi um dos que se manteve mais tempo de costas. Sempre nessa posição, falou com vários partidários seus.

Parlamentarismo passa, mas só se fizer concessão

Políticos experientes, como o senador Afonso Arinos, estão prevendo a aprovação do parlamentarismo pela Constituinte. O problema é que os políticos, em sua maioria, excluem um mecanismo sem o qual o regime parlamentarista não existe: a dissolução do Parlamento sempre que o gabinete for derrubado por voto de desconfiança.

Recentemente, uma pequena empresa de professor da UnB promoveu uma pesquisa constatando que 70 por cento dos constituintes manifestam preferência pelo parlamentarismo. Sem que a pesquisa reclamasse, 45 por cento dos

pesquisados tomaram a iniciativa de acrescentar uma observação — parlamentarismo sem dissolução do parlamento.

O senador Marcondes Gadelha formulou uma proposta de parlamentarismo sem dissolução do parlamento. Como um jornalista observasse que, sem aquele mecanismo o regime que ele propunha não era o regime de gabinete, mas uma contrafação, o senador parabaiano explicou que, com esse detalhe, sua proposta não teria condições de ser aprovada.

Gadelha, que é um parlamentarista convicto, sustentou que o essencial é in-

troduzir o regime de gabinete, ainda que fazendo aquela concessão. Ele acredita que, com o tempo, será possível vencer as resistências dos políticos, introduzindo a dissolução do Parlamento que funciona como um freio contra a sucessão de quedas de gabinetes sendo, portanto, um instituto da maior importância para a estabilidade institucional.

Parlamentaristas históricos, como o ministro da Justiça, Paulo Brossard, preferem que a Constituinte abandone a ideia de introduzir o parlamentarismo sem aquele mecanismo clássico.

Eleição da mesa fica para dia 24

A eleição da mesa diretora da Constituinte só será feita na terça-feira, dia 24, ao invés de sexta-feira, como estava marcada. Isso foi decidido numa reunião realizada na casa do deputado Ulysses Guimarães, com as principais lideranças do PMDB no Congresso.

Também a votação da redação final do Regimento Interno, prevista para ontem, ficou para amanhã, porque o relator Fernando Henrique Cardoso pediu tempo para aprimorar o texto, segundo revelou o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna. A votação será hoje porque está marcada a eleição do líder do PMDB na Constituinte.

de A a Z os Constituintes

Eraldo Trindade
Defende eleição direta de governador e a transformação do Amapá em Estado. Jornalista, está em seu primeiro mandato



Célio de Castro
Ex-presidente do Sindicato dos Médicos de Minas, elegeu-se pelo PMDB, mas é vinculado ao PC do B. Quer diretas já



Eraldo Trindade (PFL-AP) chega à Constituinte eleito com a terceira votação do território — 5 mil 800 votos arrebanhados principalmente na periferia de Macapá, cidade que concentra cerca de 50 mil dos 75 mil eleitores. Está apresentando um projeto para dar a este eleitorado o direito de escolher seu governador pelo voto direto. "É uma medida transitória, para vigiar enquanto o governo trata de dotar os territórios de uma infraestrutura que lhes permita chegar à condição de Estado".

Jornalista e radialista de 29 anos — casado e pai de dois filhos — Eraldo tem seu primeiro mandato, mas assinaia que o jornalista faz, naturalmente, "política-social". Foi com bases formadas nesta atividade, diz, que conseguiu ser eleito com "uma campanha de Cz\$ 30 mil", centrada, justamente pela falta de recursos financeiros, na capital do Amapá.

Ressalta a de que a reforma agrária deve ser

Célio de Castro (PMDB-MG, 54 anos, médico, elegeu-se deputado com 35.656 votos pela legenda peemedebista, embora seja vinculado ao PC do B, partido que não assumiu ostensivamente por razões táticas: "A legenda peemedebista aglutinaria um número maior de forças políticas", reconhece.

Por dois mandatos, presidiu o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais e foi também vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos. Em 1964, Castro teve os seus direitos políticos cassados pelo regime militar. Na vida profissional, foi médico do Departamento de Estradas e Rodagem (68 a 77) e chefe da Clínica Mater Dei (78 a 86). Tem temperamento calmo, mantendo boas relações com os meios liberais do seu Estado.

Célio alinha-se com os que reivindicam a convocação de eleições diretas para a Presidência da República logo após a promulgação da nova Consti-

Poder paralelo e sem legitimidade

AMAURY MULLER*

Para vergonha de seus fundadores — Benjamin Constant, Deodoro, Floriano. Para vergonha de seus fundadores — Benjamin Constant, Deodoro, Floriano, Rui Barbosa e Quintino Bocayuva, que acreditavam na soberania popular e na supremacia do poder civil — as festas do Centenário da República, em 1989, talvez sejam conduzidas por um presidente biónico, respaldado por uma Constituição explicitamente conservadora.



O presidente José Sarney e seus áulicos insistem em desprezar a tradição republicana e persistem em violar até a semântica, exigindo um mandato transitório de apenas seis anos.

E o que se pode prever dos debates travados em torno do Regimento Interno, que, entre outras aberrações, revelaram a existência, na Assembleia Nacional Constituinte, de uma maioria autoritária e submissa aos desígnios do Palácio do Planalto.

Uma vez mais as forças que frustraram o povo brasileiro a 25 de abril de 1964 — quando as diretas já foram derrotadas — se aglutinam para impedir a imediata restauração da soberania popular.

As raízes desse autoritarismo estão plantadas na Velha República, cujos defensores se encontram, hoje, dissimulados no PFL e no PTB, ou distribuídos ostensivamente no PDS. E não é por coincidência que o então senador José Sarney, que comandou o golpe constitucional contra as mais legítimas aspirações do povo brasileiro há menos de dois anos, esteja hoje liderando o movimento pelo mandato de seis anos.

A coexistência de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana com um poder paralelo, carente de legitimidade, põe em relevo um conflito latente de poderes, que poderá ter desdobramentos extremamente negativos à consolidação do projeto democrático e à aprovação de um texto constitucional que reflita as aspirações de mudança que os novos tempos estão a exigir.

A intervenção ostensiva do Presidente da República nos trabalhos constituintes seja pela nomeação de um líder de governo, seja pela pressão política incoercível, demonstra a onipresença e a onipotência do grupo palaciano em todos os debates e decisões.

Por detrás da tese de que a Assembleia Nacional Constituinte não teria poderes para escotar o texto atual do chamado "lixo autoritário" estaria, sem dúvida, o temor da discussão ampla e democrática sobre a legitimidade do mandato presidencial.

Comprovada a existência de uma maioria dócil ao Executivo com a queda do parágrafo 7º do art. 58 do substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso, que consagrava a soberania da ANC, o Palácio do Planalto agora reorienta seu poder de fogo para a definição imediata do mandato de seis anos.

Para obter sucesso nessa verdadeira operação de guerra, todas as armas são utilizadas sem o menor pudor, desde suspensivas concessões de canais de rádio e televisão até privilégios inaceitáveis no setor da exploração mineral e empréstimos subsidiados no BNDES.

A experiência dos debates iniciais indica que haverá consenso nas questões formais do processo democrático, como — por exemplo — as liberdades individuais, cujo reconhecimento representará uma espécie de reação aos vinte e um anos de autoritarismo.

Contudo, nas questões de fundo — como o direito de greve, autonomia sindical e principalmente direito de propriedade — não haverá mudanças substanciais, a não ser que a mobilização popular consiga influir na elaboração constitucional ou ocorra a ruptura da aliança dos conservadores.

A recente greve dos marítimos e a perspectiva de paralisação dos petroleiros, uma e outra garroteadas pela intervenção militar, indicam claramente que o País ainda não se libertou das seqüelas do autoritarismo. Na verdade, esse rancor ditatorial tem e terá reflexos perigosos nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A operação militar, detonada com o frágil pretexto de "manter a ordem", constitui uma espécie de ensaio geral para deixar bem claro quem detém a força e quem, afinal, manda no País.

O direito de greve, a liberdade sindical e os temas usualmente englobados na ordem econômica e social, desde a reforma agrária à estabilidade do trabalhador no emprego, serão o divisor de águas.

A participação dos trabalhadores nos lucros da empresa, a co-gestão ou a autogestão, a propriedade dos meios de produção, a repressão aos abusos do poder econômico nacional ou estrangeiro, a implantação de verdadeiras políticas agrária, agrícola, tributária e educacional, a contenção de monopólios e oligopólios, a forma de indenização nas desapropriações, o direito e a tributação das heranças, os limites da intervenção estatal na economia, a pesquisa e lavra minerais, o controle do capital internacional, serão os temas que irão incendiar os debates constituintes.

Na chamada ordem social, os avanços poderão ser de caráter meramente declaratório, sem um conteúdo impositivo para a ação estatal.

Parece-me, pois, que enquanto não for fixada a duração do mandato presidencial o Palácio do Planalto continuará pressionando a Assembleia Nacional Constituinte. E a maioria conservadora e fisiológica, chumbada a interesses subalternos, terminará por sepultar as propostas mais avançadas, modelando um texto que jamais corresponderá aos anseios e às aspirações da sociedade civil organizada.

Resta a esperança de que a mobilização popular, associada à formação de um bloco parlamentar progressista, possa mudar os rumos dos trabalhos constituintes, permitindo a elaboração de um texto constitucional que tenha como fundamento a justiça social e que assegure uma democracia substantiva e participativa.

*Amury Muller é deputado pelo PDT do Rio Grande do Sul

Radiobrás ajuda Constituinte a gravar programas

O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães determinou à Radiobrás, a mobilização de uma equipe técnica e a instalação de equipamentos geradores de TV no Congresso Nacional, necessários para a transmissão, a partir da próxima semana, de dois programas diários de cinco minutos cada um, para divulgar, em rede nacional de rádio e televisão, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A seleção do material a ser divulgado e a elaboração dos programas será de responsabilidade exclusiva da mesa diretora da Constituinte.

A medida foi acertada durante visita que o ministro Antônio Carlos Magalhães recebeu, em seu gabinete, do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, ontem pela manhã. Os detalhes finais foram examinados durante reunião que o ministro Antônio Carlos presidiu, em seu gabinete, com o secretário-geral da mesa da Câmara dos Deputados, Paulo Afonso, secretário de Comunicação Social da Câmara, Alfredo Obiziner, presidente interino da Radiobrás, João Nogueira Batista e de técnicos da Radiobrás e da EBN.

Os programas de rádio e televisão serão gerados por Brasília para todo o País e serão apresentados dentro da conveniência de programação de cada emissor, obedecendo os seguintes espaços: os programas de televisão deverão ser transmitidos entre 12 e 14 horas e entre 19 e 23 horas — os programas de rádio serão apresentados entre 7 e 9 horas e entre 12 e 14 horas.